REPÚBLICA PORTUGUESA
GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Dra. Catarina Gamboa
Palácio de S. Bento (AR)
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 324/2019 ENT.: PROC. Nº: 2.7/2019.9	15-03-2019

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 1191/XIII (4.ª) "Falta de pagamento das verbas das candidaturas dos cursos profissionais - Escola de Monserrate".

Cara Catarina,

Encarrega-me S. Exa. o Ministro da Educação de lhe remeter a resposta à Pergunta n.º 1191/XIII (4.ª) "Falta de pagamento das verbas das candidaturas dos cursos profissionais - Escola de Monserrate".

À data da sua tomada de posse, o XXI Governo constitucional encontrou uma situação particularmente complexa no Programa Operacional do Capital Humano (POCH), com evidentes dificuldades operacionais e atrasos muito significativos nos pagamentos às escolas com ensino profissional.
Ciente da necessidade de ultrapassar estas dificuldades no mais curto prazo possível, o Governo adotou um conjunto de medidas que permitiram estabilizar o sistema de ensino profissional e criar as condições para a sua valorização e expansão, esforço que se traduziu, entre outros indicadores, no aumento sustentado do número de alunos e turmas nesta via, invertendo a tendência que se verificava antes do ano letivo 2016/2017.
Entre essas medidas, avulta referir as melhorias no planeamento e prazos de homologação da rede da oferta formativa, o reforço dos recursos humanos afetos ao POCH, o investimento nos sistemas informáticos, o incremento muito significativo da taxa de adiantamento destes cursos e a simplificação do modelo de submissão de pedidos de reembolso pelas escolas com ensino profissional.
A todos os problemas encontrados acrescia que a dotação indicativa de Fundo Social Europeu (FSE) no POCH, alocada ao período 2014-2020, era de 1200 milhões de euros. Esta dotação – negociada pelo anterior Governo – revelou-se, logo desde o início, claramente insuficiente e rapidamente ficou esgotada.
No âmbito do processo de reprogramação financeira do Portugal 2020 foi possível garantir um reforço da dotação de FSE de 350 milhões de euros para o ensino profissional.
Estes 350 milhões de euros são a prova da valorização que este Governo confere ao ensino profissional.
O funcionamento do ensino profissional – independentemente da natureza pública ou privada da entidade – é assegurado através de financiamento público. Este poderá ser de origem comunitária (verbas FSE) ou nacional (verbas Orçamento do Estado).
No seguimento do processo de reprogramação do Acordo de Parceria Portugal 2020, houve necessidade de proceder a alterações no modelo de financiamento do ensino profissional lecionado nas escolas públicas.
Assim, desde o ano letivo passado (2017/2018), são elegíveis nas candidaturas do POCH as despesas relativas aos encargos com formandos (e.g. as despesas com bolsas, alimentação, transportes e alojamento) e as despesas com encargos diretos com a preparação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das operações, nomeadamente: aquisição,

Gabinete do Ministro da Educação
Av. Infante Santo, n.º 2, 6.º, 1350-178 Lisboa, Portugal
TEL + 351 21 781 18 00 - FAX: + 351 217 811 835 - email: gab.ministro@medu.gov.pt
www.portugal.gov.pt

elaboração e reprodução de recursos didáticos; aquisição de livros e documentação; despesas com material pedagógico e deslocações realizadas pelo grupo no âmbito da respetiva ação de formação.
As restantes despesas necessárias ao normal funcionamento dos cursos serão assegurados por verbas oriunda do Orçamento do Estado.
Segundo informação recolhida junto do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) – constituído Organismo Intermédio do POCH e, por essa via, responsável pela análise de candidaturas e subsequentes pedidos de reembolso, pagamentos e outros, no que se refere aos estabelecimentos públicos de educação (mantendo com estes um permanente contacto) – o Agrupamento de Escolas de Monserrate (Escola), em Viana do Castelo, tem dois projetos em execução e um terceiro cuja análise de candidatura está em curso.
No que concerne a um dos projetos em execução, foi efetuado, em fevereiro, um reembolso, do qual resultaram pagamentos no montante de 609,6 mil euros. A análise deste pedido revestiu-se de natureza complexa – em virtude de erros sistémicos detetados – implicando diversos pedidos de informação e reanálises, tendo os últimos esclarecimentos adicionais sido prestados no final de janeiro.
Ainda no âmbito desse primeiro projeto, foi transferido para a Escola no mês de fevereiro, o adiantamento referente ao ano civil de 2019 (correspondente a 15% do valor FSE aprovado para esse ano) no montante de 61 mil euros.
No que diz respeito ao segundo projeto em execução, dos 2 reembolsos que se encontravam pendentes, foi concluída a análise de um deles – no valor FSE de 31 mil euros – e efetuado o correspondente pagamento, cerca de 17 mil euros. Também se prevê, a breve trecho, a análise da remanescente operação pendente (no valor FSE de 106 mil euros).
Relativamente à nova candidatura, esta sim no montante aprovado de 1,021 milhão de euros, decorre ainda o prazo de análise e, neste momento, foi já concluída a análise técnica. Neste sentido, a escola irá ser notificada da conclusão do processo, com subsequente transferência para a sua conta dos respetivos adiantamentos, cerca de 95 mil euros. Adicionalmente, acresce referir não haver registo de nenhum pedido por parte da escola no que diz respeito ao financiamento por receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados.

Com os melhores cumprimentos, e elevada consideração

A CHEFE DO GABINETE,

Inês Ramires

Gabinete do Ministro da Educação
Av. Infante Santo, n.º 2, 6.º, 1350-178 Lisboa, Portugal
TEL + 351 21 781 18 00 - FAX: + 351 217 811 835 - email: gab.ministro@medu.gov.pt
www.portugal.gov.pt